

ESTÁ AMEAÇADA A ECONOMIA DO PAÍS

COM A POSSÍVEL ADESAO DE PORTUGAL AO

«MERCADO COMUM EUROPEU»!



Certos círculos imperialistas e reacção-
rios estrangeiros fazem grande propa-
ganda em volta da criação do
«mercado comum europeu». As nações
industrializadas da Europa ocidental, como
a Alemanha, a Inglaterra e a França estão
interessadas em deitar abaixo as barreiras
aduaneiras dos pequenos Estados europeus,
que defendem a sua actividade industrial da
concorrência estrangeira, para depois inva-
direm esses países com a sua produção
industrial e agrícola a preços mais baixos
e se assenhorearem assim dos mercados
dos pequenos países.

Portugal, como país aderente da Organi-
zação Europeia de Cooperação Europeia,
está também indicado como participante
possível desse «mercado comum». As
perspectivas que se oferecem ao nosso país,
caso o governo de Salazar aceite participar
nesse «mercado comum», não são nada
lisonjeiras, antes pelo contrário. Com efeito,
se Portugal vier a aderir a esse «mercado
comum» teria de suprimir os direitos al-
fandegários que dificultam a entrada de
certas mercadorias estrangeiras e teremos
assim imediatamente o nosso país invadido
pela produção industrial e agrícola de todos
os outros países europeus mais desenvolvi-
dos, particularmente da Alemanha Ociden-
tal, Inglaterra e França, e a nossa indústria
(que já luta com tantas dificuldades!) ver-
se-á impotente para poder aguentar a con-
corrência desenfreada da grande indústria
estrangeira, será lançada na ruína completa.

Estas perspectivas trágicas para a econo-
mia portuguesa com a criação do «mer-
cado comum europeu» são tão eviden-
tes, que o próprio ministro da Presidência,
Dr. Marcelo Caetano, foi forçado a reco-
nhecer numa entrevista concedida aos
jornalistas que «a posição portuguesa é
extremamente delicada» pois «demolir
as barreiras da nossa indústria inci-

piente, será comprometer o esforço
que estamos a fazer para transformar
a estrutura económica do país e me-
lhorar o nível de vida dos portugue-
ses» (jornais de 16-2-57).

A afirmação feita pelo Dr. Caetano quanto
aos inconvenientes e ao «perigo» de
Portugal ficar isolado dos países aderentes
ao «mercado comum», no caso de não
querer aderir, não tem grande fundamento.
O mal da economia portuguesa está exac-
tamente em ter-se limitado a partir de 1945
o nosso comércio com os países marshali-
zados aderentes à União Europeia de Paga-
mentos e não se terem procurado mais cedo
novos mercados com os países do Leste
europeu, particularmente o gigantesco mer-
cado da União Soviética.

O Partido Comunista previu as conse-
quências desastrosas da política comercial
seguida pelo governo ao limitar o nosso
comércio externo a um reduzido número
de países e ao descurar o fomento da in-
dústria e da agricultura portuguesas.

A salvaguarda dos interesses económicos
nacionais exige que o nosso país e o Governo
se recuse a entrar para o «mercado comum
europeu»! Aderir, será trair o progresso
industrial e agrícola da Nação, será amarrar
a economia portuguesa aos interesses das
grandes potências industriais da Europa
ocidental, particularmente dos magnates
alemães do grande centro industrial do Ruhr.

A ameaça grave que pesa sobre a eco-
nomia nacional — dado que não temos ne-
nhuma garantia que o governo de Salazar
não trairá mais uma vez os interesses nacio-
nais para servir interesses estrangeiros — exige
que todos os industriais, agricultores e co-
merciais se movimentem através das suas
associações de classe para impedir que
Portugal adira ao chamado «mercado co-
mum europeu» e lutem por relações
comerciais livres com todos os países.

SEPARATA DO «AVANTE!» N.º 231 MARÇO DE 1957

(LEIA E DIFUNDA)



O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS e a Comissão Promotora do Voto

GES
PCP

Já há tempos que vários camaradas nos perguntam qual é a posição do nosso Partido em relação à Comissão Promotora do Voto. Vamos responder hoje à pergunta desses camaradas.

Qualquer organismo ou movimento que se constitua para lutar contra o arbítrio e pela legalidade e a democracia não pode deixar de ser saudado por aqueles que há 30 anos se encontram nas primeiras linhas de combate pela causa sagrada da democracia e da liberdade.

Nesse sentido, o nosso Partido saúda o aparecimento da Comissão Promotora do Voto e declara o seu franco apoio a algumas das tarefas que se propõe realizar e a alguns objectivos que se propõe atingir.

Numa entrevista ao «Diário de Lisboa», em 23 de Janeiro passado, o presidente da Comissão Promotora do Voto, Dr. António Sérgio, declarou que a Comissão nada tinha de partidário. Saudamos tal declaração, que julgamos corresponder aos desejos da maioria esmagadora dos democratas e anti-salazaristas.

Como toda a gente sabe, aos partidos políticos (excepção feita à União Nacional) não é permitida acção legal. Procurar, nestas condições, saber a filiação partidária de alguém não será acaso expor esse alguém à repressão e às violências policiais?

Como o Sr. António Sérgio, pensamos que quaisquer comissões ou movimentos democráticos que se proponham actuar à luz clara do dia DEVEM SER ISENTOS DE QUAISQUER PARTIDARISMOS. OS PARTIDOS NADA TÊM ALI QUE FAZER, MAS APENAS OS DEMOCRATAS E ANTI-SALAZARISTAS, COM OU SEM PARTIDO, ALI DEVEM TER LUGAR REPRESENTAÇÃO PESSOAL, NA SUA QUALIDADE DE DEMOCRATAS E ANTI-SALAZARISTAS E NADA MAIS.

E porque assim pensamos, não podemos deixar de estranhar e de considerar altamente prejudicial para a luta geral do nosso povo pela liberdade e a democracia que apareçam algumas pessoas entre os democratas a defenderem exclusões desta ou daquela corrente, desta ou daquela pessoa. A nosso ver, tais posições tomam todo o carácter partidário e até mesquinamente pessoal, que urge evitar a todo o custo para bem da unidade anti-salazarista e da luta geral contra o governo de Salazar, governo que teima em não querer ceder de boa vontade ao nosso povo o direito de escolher em eleições livres os governantes que deseja ter e aos portugueses o direito de professarem as ideias que julgarem melhores para conduzirem o país ao progresso e o povo ao bem-estar a que tem direito e que os recursos nacionais lhe podem perfeitamente proporcionar.

Declarou o Sr. António Sérgio, na entrevista citada, que a Comissão Promotora do

Voto pugna pela perfeita ordem e honestidade de todos os actos eleitorais. Dissu mais aquele senhor que todos os membros da Comissão eram republicanos, mas que «gostaria de ver nela monarquistas liberais e parlamentaristas e até membros da União Nacional QUE DESEJASSEM ELEIÇÕES PERFEITAMENTE LIVRES E HONESTAS, COM PERFEITO RECENSEAMENTO E COM TODAS AS GARANTIAS DE FISCALIZAÇÃO».

(O sublinhado é nosso). Recordando com isto não podemos deixar de assinalar que há dentro das comissões promotoras do voto pessoas que aconselham e põem em prática uma política de exclusões.

Não obstante esta flagrante contradição, que poderá ser eliminada facilmente, perguntamos:

Quem é que entre os democratas e anti-salazaristas de verdade pode estar em desacordo com a luta por tais objectivos? Quem é que entre os democratas e anti-salazaristas deixará de defender a unidade anti-salazarista, sem quaisquer exclusões, com vista à conquista mais rápida de tais objectivos? Homens, como se constata através um ou outro iludido que julgue ingenuamente que o governo de Salazar fará quaisquer concessões SEM QUE A ISSO SEJA FORÇADO PELA LUTA UNIDA DE TODOS que odeiam os seus métodos de governo anti-democráticos.

Tendo pontos de vista discordantes com a Comissão Promotora do Voto particularmente quanto a exigências que se fazem para a formação das comissões, o Partido Comunista Português concorda, no entanto, plenamente com a declaração do Sr. António Sérgio transcrita atrás. E, porque assim é, aconselha a classe operária, todos os trabalhadores, os intelectuais, os camponeses, comerciantes e industriais, os jovens, as mulheres, todos os anti-salazaristas A CONSTITUIREM RÁPIDAMENTE NOS LOCAIS DE TRABALHO, DE ESTUDO E DE HABITAÇÃO COMISSÕES PROMOTORAS DO VOTO PARA MOBILIZAREM PARA A ACÇÃO TODOS OS PORTUGUESES E PORTUGUEZAS QUE DESEJEM A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES PERFEITAMENTE LIVRES E HONESTAS, COM TODAS AS GARANTIAS DE FISCALIZAÇÃO. E para, desde já organizarem a campanha eleitoral e mobilizarem as massas a participarem nela.

A União Nacional, servindo-se dos edifícios públicos, já começou a sua campanha eleitoral com uma sessão de propaganda no concelho da Maia, no passado dia 8. Os democratas e anti-salazaristas não podem nem devem ficar de braços cruzados, devem passar imediatamente à acção exigindo para si os mesmos direitos e facilidades que o governo concede à União Nacional.

